

MUSEU VISITADO

MUSEU DA FAVELA DA MARÉ: memórias e narrativas a favor da dignidade social

REGINA ABREU E MARIO CHAGAS (publicado em Revista Musas, IBRAM, 2007)

UM MUSEU NO COMPLEXO DA MARÉ

“Rua Guilherme Maxwell, 26, atrás do Sesi. Essa é a localização do mais novo museu do Brasil. Não é um endereço qualquer. Fica no meio do maior complexo de favelas do Rio, a Maré, e segundo o Ministério da Cultura, será o primeiro museu do país a funcionar dentro de uma favela.”

Com estas palavras, o jornal Folha de São Paulo anunciou no dia nove de maio de 2006 a inauguração do Ponto de Cultura Museu da Maré, ocorrida no dia anterior¹. O evento que contou com a presença do Ministro da Cultura Gilberto Gil e de diversas outras autoridades ligadas à política cultural brasileira, foi destaque nos jornais da semana. Houve muitos elogios à iniciativa que segundo os repórteres anunciava uma grande novidade: um museu na favela! Para a imprensa, pouco familiarizada com os debates museológicos, este fato soava incomum e expressava mudança significativa no panorama dos museus brasileiros, uma novidade museal que parecia distanciar-se do imaginário dos museus suntuosos, monumentais, palacianos, repletos de objetos luxuosos ou de raridades a serem permanentemente protegidas e exibidas como troféus de atos notáveis das elites sociais e econômicas.

No Jornal O Dia, do Rio de Janeiro, o título da matéria chamava a atenção de que algo diferente acontecia: “A história da exclusão”. O texto sublinhava que o novo museu chegava com uma missão até então não contemplada pelos museus brasileiros:

¹ No dia oito de maio, por sincronidade, comemorava-se os 2578 anos do nascimento de Sidarta Gautama, o Buda, aquele que nasceu de um lótus branco. O lótus, assim como a palafita, tem suas raízes fincadas no lodo, na lama, mas a flor desabrocha na superfície das águas; o lótus é também um símbolo da paz e da realização.

“Longe da suntuosidade dos museus mais conhecidos, foi inaugurado nesta semana o Ponto de Cultura Museu da Maré. Trata-se do primeiro museu a ser montado dentro de uma favela, e tem a missão de contar a história do complexo de comunidades a partir da narrativa de seus próprios moradores”.²

A novidade, no entanto, não residia no fato do Museu da Maré ser o primeiro museu criado dentro de uma favela. Em 1996, por exemplo, foi criado o Museu da Limpeza Urbana – Casa de Banhos Dom João VI, situado no bairro-favela do Caju³, projeto conhecido, visitado e debatido pela equipe do Museu da Maré. Em 2005, outro exemplo, a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro com base em marcos arquitetônicos instituiu o roteiro Museu a Céu Aberto do Morro da Providência. Todavia, tanto no Museu da Limpeza Urbana, administrado pela Companhia de Limpeza Urbana (Comlurb), quanto no projeto Museu ao Ar Livre do Morro da Providência, administrado pela prefeitura, não são as comunidades locais que estão no centro dos interesses, das discussões e das ações administrativas e gerenciais. O que a imprensa de modo singelo sublinhava não era a primogenitura de um museu dentro de uma favela, mas a primogenitura de um museu sediado numa mega-favela, construído e administrado pela comunidade local, tratando de temas locais e universais, com a mediação de uma organização não-governamental e o apoio do Ministério da Cultura, por intermédio do Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e da Secretaria de Programas e Projetos Culturais⁴.

Convém registrar que esse empreendimento museológico insere-se no conjunto de ações que permitem identificar a manifestação da vontade de memória, da vontade de patrimônio e da vontade de museu⁵ de diferentes grupos sociais. Neste caso, trata-se de necessidade vital de um grupo de jovens moradores do complexo de favelas da Maré que exercendo o direito à memória e à escrita da história passam a construir narrativas na primeira pessoa (do singular e do plural) e a escrever uma história pouco conhecida,

² Ver o jornal O Dia, de 09 de maio de 2007.

³ Ver CHAGAS, M. S. (Org.). **Cadernos de Memória Cultural** nº4: Museus em Transformação. 1. ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 1998. V. 1. 167 p.

⁴ Intensa discussão foi colocada em movimento a partir de uma nota publicada por Xico Vargas no blog Ponte Aérea, do extinto portal Nominimo.com (<http://pontearearj.nominimo.com.br>). O debate iniciado e alimentado pelo jornalista tomou como ponto de partida a polêmica das primogenituras. No entanto, das dobras da polêmica derramavam-se preconceitos que de modo canhestro indagavam a respeito da legitimidade de um museu em favela.

⁵ A vontade de museu (mesmo quando o nome utilizado é outro) é um fenômeno universal. No carnaval de 2007, o G. R. Escola de Samba Porto da Pedra apresentou um carro alegórico que representava o Museu da Favela Vermelha, na África do Sul.

que tem como referência o ponto de vista de quem nasceu, cresceu e experimentou a vida a partir das diferentes comunidades do complexo da Maré⁶. Os dois depoimentos que se seguem, registrados livremente num Livro destinado a receber “sugestões, impressões, idéias e opiniões dos visitantes”, dão a dimensão da importância do Museu para os moradores da Maré:

“Eu morei nas palafitas, hoje moro no Pinheiro, tenho 31 anos, já levei tiro, já fui agredido fisicamente mentalmente. Mas essa visita faz vc notar a evolução de um povo que não tinha nenhuma chance, um povo que luta, que sofre e que com certeza vence a cada dia que passa. Falo isso como um vencedor que tem muito que fazer para continuar na luta!” Marcos Antônio A. Santos, visita realizada no dia 05 de junho de 2006.

“Hoje foi a 1ª vez que visitei o museu: estava passando e resolvi entrar. Foi uma das melhores experiências que tive nos últimos anos. Incrível, não!!! É bom saber que temos história, cultura, tradição, etc. Não somos números ou censo de pobreza; somos gente. Que bom que há quem saiba disso e nos faça lembrar porque as vezes esquecemos. Obrigado.” Mônica Pereira, visita realizada no dia 10 de julho de 2006.

O processo que resultou na criação do Museu da Maré remonta, no mínimo, ao ano de 1998, quando foi criada a Rede Memória da Maré. Dois anos mais tarde, realizou-se na Fundação Oswaldo Cruz uma jornada para debater o tema da apropriação cultural. Essa jornada possibilitou o encontro e o desenvolvimento de parcerias entre os organizadores da Rede Memória da Maré e alguns atores da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio). Essa parceria contribuiu para a realização de oficinas de museologia na sede do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), no Timbau; para a inauguração do Arquivo Dona Orosina (2001); a elaboração de duas dissertações de mestrado⁷; a realização de exposições temporárias no Museu da

⁶ Cf. VIEIRA, Antônio Carlos Pinto. **Da memória ao museu: a experiência da favela da maré**. Texto apresentado no XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ, 2006. Registre-se que Antônio Carlos, também conhecido como Carlinhos, é um dos fundadores do CEASM e do Museu da Maré. Atualmente é mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Vice-presidente da Associação Brasileira de Museologia.

⁷ Cf. OLIVEIRA, Adolfo Samin Nobre de. **Cerzindo a Rede da Memória: estudo sobre a construção de identidades no bairro Maré**. Dissertação de Mestrado, defendida em 2003, no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Documento da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) e SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. **Maré: a invenção de um bairro**. Dissertação de Mestrado, defendida em 2006, no Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas.

República (2004), no Castelinho do Flamengo (2004) e no Centro Cultural do Tribunal de Contas do Estado (2004) e finalmente para a construção do Museu, que, a rigor, é “ferramenta de comunicação idealizada e gerida pelo mesmo grupo de moradores que, anos antes, havia criado a experiência da TV Maré, trabalhando com vídeos comunitários, gravando depoimentos de moradores a partir de uma metodologia de história oral, para exibição em praça pública e posterior discussão com os próprios espectadores da comunidade”⁸.

O Museu da Maré desafia a lógica da acumulação de bens culturais e da valorização das narrativas monumentais, na medida em que afirma como seu núcleo de interesse principal não a ação preservacionista, mas a vida social dos moradores da Maré e os processos de comunicação para dentro e para fora da favela. Parte do acervo iconográfico ali reunido, por exemplo, é composta por cópias de outros acervos espalhados pela cidade do Rio de Janeiro. Neste caso, a originalidade reside não no acervo, mas no recorte estabelecido e na quantidade de material colhido. Hoje, o Museu da Maré é uma das principais fontes de estudos sobre a memória e a história da favela e o seu acervo, reunindo mais de três mil e duzentos itens, é composto por mapas, vídeos, fotografias, recortes de jornais e outros documentos textuais, objetos pessoais, objetos de uso doméstico, alfaias de faina, alfaias religiosas e brinquedos.

A experiência do Museu como ferramenta de comunicação e trabalho contribuiu para a luta contra o preconceito em relação aos museus – tradicionalmente considerados como dispositivos de interesse exclusivo das elites econômicas - e também em relação às favelas – comumente tratadas como lugares de violência, de barbárie, de miséria e de desumanidade. A polêmica provocada pelo Museu da Maré sublinhou um fato que mesmo sendo óbvio, frequentemente não é levado em conta, qual seja: o da favela como lugar de cultura, de memória, de poética, de trabalho e não apenas como território privilegiado da bala perdida ou teatro de guerra onde policiais enfrentam bandidos e bandidos enfrentam policiais.

O Museu da Maré afirma-se como um museu universal, sem perder de vista a sua dimensão nacional e regional e sem deixar de tratar das diferentes localidades da favela, da vida social de mais de 130.000 pessoas e, especialmente, dos seus cotidianos

⁸ Cf. CHAGAS, Viktor Henrique Carneiro de Souza. **‘Museu é como um lápis’** (táticas de apropriação da memória como uma ferramenta de comunicação e participação cidadã no Museu da Maré). Caxambu: ANPOCS, 2007. Texto apresentado no 31º Encontro anual da ANPOCS.

mergulhados em histórias, tradições, festas, esperanças, projetos, sonhos e reflexões diversas.

Quantas vezes temos condições de parar e ouvir histórias da cidade do Rio de Janeiro dentro desse espírito de pluralidade e diversidade? Quantas histórias ainda estão por ser contadas? De que modo estas histórias podem contribuir para a construção de um pensamento mais amplo, compreensivo e generoso sobre a cidade, um pensamento que conduza a práticas e projetos participativos, capazes de articular diferentes pontos da malha urbana e redes diversificadas de habitantes?

Foi pensando nestas questões que voltamos a visitar o Museu da Maré e, depois da visita, concluímos que ele é mesmo um museu que extrapola as fronteiras espaciais e geográficas, temporais e históricas. Trata-se, a rigor, de um museu impregnado de humanidade, de um museu que sendo da comunidade rompe com a lógica do gueto, de um museu com excepcional valor simbólico, notável capacidade de comunicação e que, por tudo isso, torna-se a expressão viva de uma utopia museal de cidade que somente será construída se formos capazes de integrar as narrativas que formam seu rico acervo: as narrativas das camadas populares.

MEMÓRIAS DO LUGAR⁹

Construído dentro de uma antiga fábrica de transportes marítimos - a “Cia. Libra de Navegação”, cedida pelo prazo de 10 anos, com cerca de 800m² e uma área construída de 668m² - o Museu fica próximo ao entroncamento da Avenida Brasil com as Linhas Amarela e Vermelha, numa área movimentada e estratégica do ponto de vista dos fluxos urbanos do município do Rio de Janeiro.

Muitos foram os experimentos que diferentes governos fizeram nessa área, aterrando e construindo vias de acesso para desafogar a movimentação crescente de veículos, numa cidade em movimento, com uma história que demonstra a insuficiência de planejamentos e debates públicos. A própria formação do denominado Complexo da Maré é expressão dessa história. Abrangendo 16 comunidades¹⁰ com origens

⁹ Para o desenvolvimento dessa seção utilizamos especialmente as informações disponíveis no portal www.ceasm.org.br, produzidas pela equipe da diretoria do Museu da Maré (Antônio Carlos Vieira, Cláudia Rose Ribeiro, Luís Antônio de Oliveira e Marcelo Pinto Vieira).

¹⁰ As dezesseis localidades ou comunidades que formam o complexo da Maré são as seguintes: o Morro do Timbau (1940), a Baixa do Sapateiro (1947), Marcílio Dias (1948), Parque Maré (1953), Parque Roquette Pinto (1955), Parque Rubens Vaz (1961), Parque União (1961), Nova Holanda (1962), Praia de

diferenciadas e formações de alta complexidade, o bairro-favela da Maré está longe de se constituir em um todo orgânico e harmonioso.

Lá tudo é tenso, palco de conflitos variados. Tudo está submetido a uma dramaturgia especial, as identidades são cambiantes, deslizantes e híbridas. O trabalho com a memória da Maré não foge a regra, também ele é tenso, denso e dramático; também ele pode ser utilizado como um dispositivo que tanto serve para cerzir e produzir coesão social, quanto para esgarçar e fragmentar relações.

Fruto das histórias de migrações que empurraram para a aventura urbana levas e levas de pessoas das camadas populares que habitavam o campo ou o sertão, sobretudo dos estados do Nordeste e Minas Gerais, a origem da ocupação da “Maré” remonta ao século XIX, quando lá ainda havia paisagens bucólicas como a Enseada de Inhaúma, onde alguns poucos pescadores construíram suas primeiras moradias. A área era um recanto da Baía de Guanabara formado por praias, ilhas e manguezais. As praias tinham água e areia limpas; a mata ainda era espessa e os manguezais serviam como fonte de alimento para várias espécies animais; havia aves aquáticas, caranguejos e muitos peixes e camarões. Já havia na região um movimento comercial intenso, pois ali funcionava o Porto de Inhaúma, criado desde o século XVI para escoar diferentes produtos. Ele se localizava onde hoje termina a Avenida Guilherme Maxwell, no cruzamento com a rua Praia de Inhaúma. O Porto desenvolveu importante papel econômico para os subúrbios do Rio de Janeiro e desapareceu nas primeiras décadas do século XX, após sucessivos aterros na área.

A região da Maré que, durante os séculos XVII e XVIII, ficou conhecida como “Mar de Inhaúma”, fazia parte da Freguesia Rural de Inhaúma e integrava uma grande propriedade: a Fazenda do Engenho da Pedra. Suas terras abrangiam os atuais bairros de Olaria, Ramos, Bonsucesso e parte de Manguinhos. No decorrer do século XIX, os proprietários iniciaram um processo de arrendamento de parcelas das fazendas a pequenos agricultores. No final deste mesmo século, começaram a surgir bairros em torno da linha férrea e de suas estações. Em 1899, foi fundado o Instituto Soroterápico (hoje Fundação Oswaldo Cruz), cujo trabalho de pesquisa tem reconhecidamente contribuído para o desenvolvimento científico do país. Com a reforma urbana da Prefeitura de Pereira Passos, a região recebeu um grande contingente de população das camadas populares que havia sido expulsa do Centro da cidade. Na mesma época, a

Enseada de Inhaúma (que se estendia da Ponta do Caju até a Ponta do Tybau) teve sua orla de manguezais destruída pela ação de diversos aterros.

A ocupação mais efetiva se deu, sobretudo, a partir dos anos 40 com a chegada dos migrantes ao Morro do Timbau. Os anos 40 foram marcados por um surto de desenvolvimento industrial no Rio de Janeiro. Neste período, a região da Leopoldina já havia se transformado em núcleo industrial. E, como as terras boas dos subúrbios tinham se tornado objeto da especulação imobiliária, restou para as camadas pobres da população a ocupação das áreas alagadiças no entorno da Baía de Guanabara.

Cercado por terrenos alagadiços e mangue, o Timbau era uma região de mata cerrada com árvores centenárias que aos poucos foram dando lugar à construções de casas de estuque – feitas de barro e madeira – nas suas encostas. Uma antiga moradora, que se identifica como Irmã Elsa, em visita realizada ao Museu, entre os dias 20 e 23 de outubro de 2006, corrobora esse registro histórico com uma anotação manuscrita no Livro de “sugestões, impressões, idéias e opiniões”, colocado na saída do circuito de exposição: "Gostei de visitar o Museu, vim do Ceará em 54, primeira das moradoras do morro do Timbau = filha de Angelo Gustavo e Rosália (avós da Marli)".

Gradualmente os migrantes, que vinham de pau-de-arara e desembarcavam em grande número na área próxima onde hoje fica o Pavilhão de São Cristóvão, foram se fixando na região do entorno do Morro do Timbau, na denominada Baixa do Sapateiro. Tratava-se de uma região de mangue. Os recém-chegados tiveram que construir sobre a lama e começaram a fazer casas de palafitas - habitação de madeira apoiada sobre estacas. Milhares dos que ocuparam o local usaram essa técnica e construíram uma comunidade de madeira sobre as águas. Com o tempo a imagem da Baixa do Sapateiro passou a ser a de uma cidade flutuante de madeira, de tal forma proliferaram as casas na região. Era uma vida difícil para os moradores que conviviam com toda a sorte de intempéries: o balanço das casas nos dias de tempestades, a subida da maré duas vezes ao dia molhando o assoalho dos barracos com a água fétida da baía, as lembranças de crianças que afundavam na madeira podre que unia as casas e só eram descobertas quando a maré baixava, os ratos, a insalubridade. Mas também era uma vida muito festiva e alegre, onde os migrantes traziam para a cidade sons, ritmos e crenças, como as festas juninas, as folias de reis, os aniversários animados, os casamentos, os batizados, as festas religiosas, as novenas, as rezas, as tradições culinárias. No Livro de “sugestões, impressões, idéias e opiniões” Darlene Aparecida Guerra, registra a sua

própria memória: "(...) só quem passou pela Maré e morou nas palafitas é que sabe o quanto este museu é para nós".

A construção da Avenida Brasil - concluída em 1946 - foi determinante para a ocupação da área, que prosseguiu pela década de 50, resultando na criação de outras comunidades como Rubens Vaz e Parque União.

Nos anos 60, com o projeto de urbanização e modernização da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, durante o Governo de Carlos Lacerda (1961-1965), surgiram outros pólos de ocupação de moradores na Maré. Um deles foi a Nova Holanda. Inicialmente, era um local composto por casas e galpões e designado Centro de Habitações Provisórias, destinado a receber a população removida de várias favelas retiradas da zona sul da cidade. Para lá, vieram antigos moradores das favelas do Esqueleto, Praia do Pinto, Morro da Formiga, Morro do Querosene. E o que era transitório rapidamente transformou-se em definitivo. As pessoas tiveram que se adaptar à nova situação e passar a interagir com novas famílias vindas de lugares diferentes. A história do Complexo de comunidades da Maré apenas se esboçava.

Desse período até o início dos anos 80 a “cidade de casas de palafitas” tornou-se símbolo da miséria nacional. Foi então que o Governo Federal idealizou a sua primeira grande intervenção na área: o Projeto Rio, que previa o aterro das regiões alagadas e a transferência dos moradores das casas de palafitas para construções pré-fabricadas. Estas dariam origem às comunidades da Vila do João, Vila do Pinheiro, Conjunto Pinheiro e Conjunto Esperança.

O Projeto Rio, liderado pelo então Ministro do Interior Mário Andreazza, fez uma série de intervenções importantes na região, entre elas a remoção dos moradores das casas de palafitas e o aterramento da Baixa do Sapateiro. Em 1988, foi criada a 30ª Região Administrativa, abarcando a área da Maré, a primeira da cidade a se instalar numa favela, início do reconhecimento da região como bairro popular. Nos anos 80 e 90, foram construídas as habitações de Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas, para transferir moradores de áreas de risco da cidade. Já a pequena comunidade inaugurada em 2000 pela prefeitura e batizada pelos moradores de Salsa e Merengue é tida como uma extensão da Vila do Pinheiro.

A população da Maré ao longo dos últimos cinquenta anos não parou de crescer e a ocupação do solo urbano não parou de ocorrer de maneira anárquica. Desde a construção das Linhas Vermelha e Amarela a área da Maré passou a ser caracterizada como uma região de passagem, elo de ligação da cidade do Rio de Janeiro com outras

regiões do país. No final dos anos noventa, paradoxalmente, a Maré era apontada como o terceiro bairro de pior índice de desenvolvimento humano da cidade.

É neste cenário nada promissor que um grupo de jovens moradores, que a despeito das precárias condições de educação na região havia chegado à Universidade, organiza uma associação civil sem fins lucrativos, disposta a mudar o rumo da história da Maré e a criar uma rede de solidariedade. Numa sala cedida por uma igreja do Morro do Timbau, esses jovens fundam o CEASM, Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré, cuja primeira iniciativa centrou-se num Curso de Pré-Vestibular para estimular o ingresso dos jovens nas universidades. Aos poucos, outros projetos foram surgindo como o Corpo de Dança da Maré, o jornal O Cidadão, o grupo Maré de Histórias, a Biblioteca, o Laboratório de Informática, o ateliê de moda Marias da Maré e a Rede Memória da Maré.

O trabalho com a cultura, a educação e a memória foi ganhando consistência com pesquisas nos arquivos da cidade e levantamentos de documentação expressiva sobre a história da região. O trabalho foi crescendo e deu origem a uma hemeroteca e a um arquivo de fotografias, de documentação impressa e de história oral, que recebeu o nome de uma das primeiras lideranças da Maré, Dona Orosina Vieira. Para alguns moradores Dona Orosina encarna o mito fundador da favela. No entanto, esse não é um ponto pacífico. A memória das primogenituras da Maré também está em disputa. Um dos visitantes do Museu registrou no Livro de “sugestões, impressões, idéias e opiniões”: “O museu está lindo só tenho uma ressalva a fazer, o primeiro morador da Maré é seu Otávio da Capivari, e o 1º bloco de carnaval é o Bloco dos Tamanqueiros que depois se transformou no Cacique de Ramos”¹¹.

Com o tempo, o CEASM conseguiu adquirir duas sedes: uma no Timbau e outra na Nova Holanda. Mais tarde, conquistou o espaço da antiga Fábrica de Transportes Marítimos, anteriormente citada. Trata-se de uma área ampla e de fácil acesso. Surgiram então muitas idéias para a ocupação deste espaço: casa de cultura, cinema, teatro, escola de dança, museu, escola de informática e outras.

A vocação para o trabalho com a memória acabou selando o destino da antiga fábrica. Trazer à tona lembranças dos antigos moradores ou mesmo dos jovens podia ser um bom caminho para a construção de amálgamas, vínculos, relações novas e saudáveis, processos de coesão entre os moradores de uma região conturbada pela

¹¹ O comentário do visitante não está assinado, nem datado. Ainda assim, pela seqüência dos comentários no Livro é possível compreender que a visita foi feita no dia 26 de maio de 2007.

violência e pelo descaso do poder público. A equipe do CEASM sabia que a Maré tinha suas histórias, seus personagens, suas tradições. Foi com a certeza de que o trabalho com o patrimônio e a memória poderia dar bons frutos e contribuir para a dignidade social dos moradores da favela que a equipe do CEASM, com a participação da comunidade local, a colaboração de professores universitários e técnicos do Departamento de Museus e Centros Culturais do Iphan, começou a conceber o Museu da Maré.

UM MUSEU EM DOZE TEMPOS

“Como dizia Mário Quintana: ‘O tempo é um ponto de vista’. Continuem assim, pois esse trabalho vai frutificar muuuuuuito...!” Essas são as palavras que Vanessa depois de visitar o Museu da Maré, no dia 27 de maio de 2006, registra no já citado Livro “de sugestões, impressões, idéias e opiniões”. Com sensibilidade a visitante (ao que tudo indica, vinculada ao projeto Ponto de Cultura – O Som das Comunidades) encontra e oferta uma das chaves interpretativas do Museu. O Museu da Maré é um ponto de vista, formado por múltiplos pontos de vista. Ele conta histórias e de algum modo veste a pele do narrador, ele emociona, dá conselhos, acolhe e permite que cada um puxe o fio das narrativas e projete a memória em outros tempos e espaços.

Um museu concebido em doze tempos: tempo da água, tempo da casa, tempo da migração, tempo da resistência, tempo do trabalho, tempo da festa, tempo da feira, tempo da fé, tempo do cotidiano, tempo da criança, tempo do medo e tempo do futuro. Um museu que concebe o tempo, ao mesmo tempo, de modo diacrônico e sincrônico. Um museu que dialoga com relógios, calendários, cronômetros e diferentes ritmos naturais e sociais.

O painel de entrada da exposição de longa duração é de um laranja forte quase avermelhado, “cor da terra do sertão, de onde vieram os primeiros migrantes”, nos explica Marcelo Pinto Vieira, cenógrafo, morador do Timbau e responsável pelo projeto museográfico. Logo em seguida, passamos à primeira sala de exposição que é toda azul, um azul intenso, vibrante. Expressão da cor da maré, a maré que regulou durante anos a vida dos moradores da região. Maré baixa, maré alta, sinalizando o tempo de chegar em casa e o tempo de permanecer nela. Quando a maré ficava alta não dava pra andar nas pontes que ligavam as casas de palafitas. O jeito era esperar que a maré baixasse... Uma placa sinaliza “Tempo da Água”. Tempo especial, quando havia peixe em profusão e

muitos pescavam nas águas da Baía de Guanabara. Tempo de fartura e de pobreza; fartura de peixes, pobreza de saneamento urbano e de condições de moradia e saúde. Nas paredes, fotografias antigas, a primeira é de Augusto Malta e mostra uma bucólica paisagem da Enseada de Inhaúma. Imagem de um Rio antigo em sua esfuziante beleza natural. Outras fotografias vão sinalizando as transformações por que passou a região. Um imenso manguezal dando lugar a uma espantosa cidade de palafitas que por sua vez é transformada em vias expressas. O singelo morro do Timbau com uma casinha aqui, outra ali, conservando ainda a aparência de roça. Chiqueiros, galinheiros, pequenos roçados. Outra foto mostra a paisagem do Timbau já completamente transformada e repleta de construções em alvenaria sobrepondo-se umas às outras e trazendo a visão da *urbis* em toda a sua plenitude.

Detalhes de personagens que fazem parte de um tempo já passado. Crianças brincando nas pontes de tábuas que dão acesso às casas de palafitas. Mulheres carregando latas d'água na cabeça. As longas filas nas bicas. Porcas amamentando filhotes ao lado de crianças jogando bola. Uma mulher levando seus filhos gêmeos num carrinho de mão. A alegria das crianças fazendo algazarra e os cabelos alisados das mulheres. Detalhes sensíveis de cenas do cotidiano. Cenas que emocionam e fazem a visitante exclamar: “Ah a vida repleta de sentido, imagens, cores e sabores! Parabéns! Esse Museu é especial! Lindo de se ver! Lindo de viver!!!”¹²

No centro do “Tempo da Água” encontramos um modelo de barco com 2 metros e 70 centímetros de comprimento, enfeitado com bandeirinhas e flores artificiais. Na proa vemos uma imagem de São Pedro e na lateral um lampião e uma rede de pesca. A rede foi confeccionada pelo Seu Jaqueta, antigo pescador da Maré, falecido em 2004; o barco foi confeccionado por seu filho Sérgio; a lanterna e a imagem eram utilizadas nas procissões marítimas. Esse expressivo conjunto foi especialmente doado pela família do Seu Jaqueta por ocasião da abertura do Museu.

Olhamos para o alto e lá está ela, a casa de palafitas! Símbolo maior da Maré, a casa de palafitas que chegou a ser signo da miséria nacional nos anos 80, o que determinou sua erradicação e remoção dos moradores para outras favelas do próprio Complexo da Maré (Nova Maré e Bento Ribeiro Dantas). Baixamos os olhos e compreendemos: aquele é o “Tempo da Casa” e lá está ela - a casa -, com suas pernas

¹² Registro de visita realizada no dia 27 de maio de 2006, por Camila Rodrigues Leite, do Ponto de Cultura TEAR, Rio de Janeiro, Tijuca.

imensas fincadas no “Tempo da Água”. É impactante nos depararmos com uma casa que já havíamos nos habituado a esquecer.

Algumas indagações nos assaltam: qual o sentido e o significado de querer lembrar das casas de palafitas? Não seria melhor lançar esta lembrança no rol das coisas boas pra esquecer? Por que a equipe do Museu quis ressuscitar esta lembrança?

Diante da palafita musealizada somos levados à compreensão da dimensão humana, ancestral e arquetípica desse formato de casa. Há na palafita uma dimensão universal, ela não é uma exclusividade da memória e da história da favela da Maré, ela faz parte da história da humanidade, da nossa própria história, por isso ela nos encanta e nos desafia tanto.

Ali diante da palafita nos recordamos do livro **Maré Memória**, de José Chagas, ícone da poesia maranhense, que nos sensibiliza dizendo:

“Pouco importa à palafita
que a cidade se deslustre.
Ela serve, a quem a habita,
de palacete palustre.

Ela forma o mais perfeito
conjunto habitacional,
pois não se tem o direito
de julgá-la bem ou mal.

Ela vem porque precisa
vir assim como ela é.
Vem tal como vem a brisa
ou como vem a maré.

Vem da própria natureza,
filha de tempos antigos,
e fica no mangue presa,
parindo humanos abrigos.

Ela vem do próprio homem,
que, civilizado ou não,
jamais impede que o tomem
por um ser da escuridão,

um ser de volta às cavernas
de sua alma escura e fraca,
que até nas eras modernas
põe a vida em lama e estaca,

com a pré-história no sangue
como atávica doença
que estende por todo o mangue
a sua raiz imensa.

A palafita é igual
a si mesma e mais nada:
é sala, é quarto, é quintal
de quem mora sem morada.

Em resumo a palafita,
mãe ou filha da maré,
não é feia nem bonita
alta ou baixa, apenas é.”¹³

Ainda mobilizados pelos sentimentos, pensamentos, sensações e intuições que a visão da casa de palafitas nos provoca, somos surpreendidos por um grupo de contadores de histórias que do alto da varanda da singela edificação de madeira começa a contar uma história. É a história de um casamento que ocorreu numa casa de palafitas. A história é engraçada e o grupo, composto por moradores locais, diverte-se em relatar o que aparentemente teria sido uma tragédia: o dia em que numa casa de palafitas se comemorava o casamento de um morador chamado Juvenal. Os moradores divertiam-se

¹³ Cf. CHAGAS, José. **Antologia Poética**. São Luís: EDUFMA, Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p.93-94.

à valer, cantavam e dançavam muito, quando o piso da casa, não suportando o peso dos convidados, desabou na lama. O grupo parece se divertir muito com o ocorrido. E nós também. O que parecia ter sido uma tragédia, na verdade faz parte de um dos múltiplos *causos* colhidos pela equipe do Museu entre os moradores e que terminou gerando um livro, **Contos e Lendas da Maré**. No final da história, ninguém ficou ferido. De algum modo, os convidados e os noivos conseguiram desdobrar o acidente da festa em alegria e riso, mesmo cobertos de lama. E nós, somos levados a perceber a poética do grupo e a embarcar na alegria que transforma as dores, abre os corações e estimula novos modos de olhar para os incidentes e acidentes da vida. Os contadores ressaltam a animação da festa, a alegria dos noivos, a fartura dos comes e bebes.

Após a contação da história, o grupo nos convida a subir e visitar a casa. É uma casa simples, mas quem foi que disse que casas simples não têm histórias? Quem foi que disse que é preciso banir as memórias daqueles que viveram durante tantos anos nestas casas aparentemente tão frágeis e ao mesmo tempo tão resistentes? Resistentes às marés, resistentes à ausência de políticas que incorporassem de fato toda esta população migrante que chegava à cidade em busca de melhores condições de vida e trabalho.

As casas de palafitas, de algum modo, nos remetem às casas de estuque de pequenos arraiais que ficaram na história, como o Arraial de Canudos, todo feito de barro e terra seca do sertão, mas que simbolizava a possibilidade criativa e singular de sobreviver num sertão marcado pelos grandes latifúndios e pela vontade expressa dos coronéis; ou à Casa do Mestre Vitalino, no Alto do Moura, em Pernambuco, feita de barro e de onde saíram obras de arte extraordinárias que se espalharam pelo mundo; e também à pequena Casa de Chico Mendes, em Xapuri, no Acre, símbolo da luta pela defesa do meio ambiente, memória que incomoda aqueles que se consideram os donos do poder da região.

Como num conto de uma pequena aldeia perdida na Rússia de Dostoievski ou no filme *Dodescaden* de Kurosawa, a casa de palafitas é um microcosmo que a despeito de tudo e de todos busca existir com dignidade. Seus personagens são guerreiros de uma vida que pulsa e supera as condições precárias de sobrevivência. São como as flores de lótus, belas e perfumadas, com suas raízes fincadas na lama.

Ao adentrar a casa, somos levados pelo ritmo de um texto criado por um dos organizadores do museu, Antonio Carlos Pinto Vieira. É um texto repleto de imagens poéticas que vai direcionando nosso olhar e nossa emoção. Vale a pena reproduzi-lo aqui:

“Um pequeno barraco de madeira sustentado por estacas. Ícone de uma paisagem inexistente no presente, imagem simbólica do passado. Surpresa nos causa pelo equilíbrio, pela estabilidade, pela centralidade que ocupa no espaço onde está. Âncora da lembrança. Sua cor é azul. Não o azul monótono e frio das paredes lisas. É um azul de muitos tons, roubado da cor das águas, do céu e da vida, mutável conforme a luminosidade dos dias, os anúncios de tempestades, os fluxos do mar e os dramas da existência. O espaço é escasso. Uma pequena varanda é o que restou como porção do mundo exterior. A porta se abre em duas, primeiro para olhar quem chega, depois para convidar a entrar. Por dentro, a vida é rosa. As paredes, de evidente estrutura, selada por taboas criam um cenário de móveis e objetos. Num único cômodo se escreve a vida, dividida em ambientes que propõem o alimento e o repouso. Aqui os objetos falam, feitos de metal, argila, madeira, tecido, papel, couro, eles têm vida. Isso nos assusta na medida em que nos damos conta da reflexão ali proposta, num convite para vermos adiante dos olhos. Esses objetos nos falam porque são portadores de vidas. Na parede, a lamparina, velhas fotos retocadas, um calendário antigo. Quadros, muitos quadros, do Sagrado Coração, São Jorge, Menino Jesus de Praga, Nossa Senhora da Conceição, todos acima da velha cama patente, geralmente preterida pela rede dependurada sob o travessão. Ao lado, um guarda-roupa, vestidos de chita, saias, blusas, calças e camisas usados com suas marcas e cheiros. Sobre o guarda-roupa há malas de couro e papelão, malas surradas, corroídas por inúmeras viagens, depósitos de lembrança, denunciando que quem vive ali está constantemente de passagem. Há um criado mudo. Num barraco, sim! Duas gavetas que podem ser abertas, porque aqui, os objetos dialogam e podem ser tocados. E ao abrir se encontra mais vida: grampos de cabelo embrulhados num tosco papel, bijuterias descoloradas pelo tempo, orações já muito recitadas e antigas notas de dinheiro, que não compram mais nada, somente o passado. Um velho rádio emudecido que foi do “Seu Carlos”, uma velha Bíblia com as marcas do sebo e uma imagenzinha de Nossa Senhora Aparecida dão conta das conexões necessárias nesse ambiente dedicado aos sonhos e à fé. No outro espaço da casa somos devorados. Um velho fogão a gás, da

marca “cosmopolita”, um panelheiro arrumado, com panelas brilhantes e areadas, bule e pratos de ágata, garfos, colheres e facas desgastados pelo uso, despertam um apetite da alma. Um pote de cerâmica sobre a aba do fogão nos alerta que ali ainda se cozinha com banha. Sobre o fogão uma prateleira, singelamente forrada por um papel cortado de forma decorativa, com a geometria dos balões. Ao lado, uma mesa revela que às vezes se substitui o gás pelo querosene, o fogareiro “jacaré”. Como não há geladeira, a água geladinha verte do filtro e da moringa. E ali somos devorados pelo pensamento, do alimento ganho com o trabalho do dia a dia, dos dias em que não há nada para comer, nos devora a percepção da fome. O pequeno lugar ainda encontra espaço para uma mesa cercada por três cadeiras, todas diferentes entre si, acabam por assim formar um conjunto interessante. Ali é um lugar de encontro, de celebração, ali se encontram as individualidades que vivem na casa. Na mesa se expõem as angústias, nela se conversa e se silencia. Podemos ver a família, os amigos, os vizinhos, tomando o café da tarde, passando no coador de pano, com um pedaço de pão; a avó fazendo o “capitão”, misturando o feijão cozido com carne seca e a farinha crua de mandioca; os pais alegres no dia do batizado servindo o macarrão com galinha. O telhado é pesado, de telhas de barro tipo francesas, em duas águas, de acabamento irregular. Não protege tão bem do sol e das chuvas, tem frestas e goteiras. As telhas, o vento pode arrancar e expor os medos. Esta casa é de todos e de ninguém. Um barraco de madeira, razão de ser e centro da história de vida de milhares. É mais que um lugar, é um lugar de memória!”

A alusão à casa como um lugar de memória não poderia ser mais pertinente. Nela, não apenas as lembranças dos moradores das casas de palafitas vêm à tona. É todo um universo de um Brasil rural, pré-industrial e pré-globalizado que salta aos nossos olhos. Quem não se lembra de uma avó coando café com coador de pano num bule de ágata? Ou das notícias sendo transmitidas por um rádio enorme do alto de uma prateleira? Ou das fotos retocadas dos bisavôs e bisavós pendurados na sala acima dos sofás? Quem não se lembra dos detalhes das colchas de fuxico, das folhinhas do Sagrado Coração de Jesus, dos antigos armários de madeira, dos panelheiros e das panelas muito bem areadas, dos fogões Cosmopolita, dos fogareiros Jacaré? Objetos

evocativos de um outro tempo que não faz tanto tempo assim, mas que já vai longe e do qual já não lembrávamos mais. Assim, a casa de palafitas da Maré é também uma casa da nossa memória mais remota, de quando o Brasil ainda era mais rural que urbano, de quando muitos de nós éramos bem crianças, de quando não existiam televisões e computadores. A casa nos emociona porque “é de todos e de ninguém”, pertence à Maré, mas também ao Brasil, expressa uma vivência local que é também universal. E aqui sentimos intensamente a força do Museu da Maré. Museu que fala da Maré, mas que ao expressar a história deste complexo de comunidades lança elementos para lembranças e reflexões mais amplas, que dizem respeito a todos nós em nossas contingências mais íntimas, em nossas necessidades mais imediatas e fundamentais. O bule de ágata, o café coado no pano, o fogão, a mesa para refeições, a cama e a rede expressando duas formas de dormir, padrões culturais que convivem lado a lado, singulares e universais.

Da casa de palafitas vemos as roupas no varal, emocionados olhamos para os outros “Tempos”. Muitas crianças e jovens que visitam o Museu referem-se de modo carinhoso à casa de palafitas como “casinha”. A menina de 9 anos que visita o Museu no dia 30 de maio de 2006 registra no Livro já citado: “Eu adorei. O museu é a casinha e o meu nome é Gabriela!” No dia seguinte uma adolescente de 16 anos também faz o seu registro: “eu gostei muito da casinha. Beijos Aline. Beijos na sua Boca”.

Sáimos da casa, descemos uma escada de madeira e nos deparamos com uma outra placa: “Tempo do Trabalho”. Algumas fotos indicam o trabalho cotidiano, os trabalhadores e seus gestos de trabalho. Varrer as ruas, lavar as roupas, fazer obras em mutirão. O “Tempo do Trabalho” se mistura com o “Tempo da Resistência”, até porque muito material de trabalho (tijolos, areia, madeira e cimento) serviu para a construção da resistência...

Numa pequena vitrine, podemos ler notícias em jornais artesanais, documentos singelos da união de alguns moradores lutando por melhores condições de vida na região. As primeiras associações de moradores, as tentativas recorrentes de resistir às remoções, a reação de lideranças diante de visitas de autoridades à Maré. Tentativas tímidas e corajosas de organização e emissão de opiniões de cidadãos que ousavam fazer política em tempos difíceis. Menções à Dona Orosina, mulher combativa que defendia seu território portando um temível facão e uma garrucha, líder que ficou na lembrança do imaginário popular. Os visitantes parecem compreender a dimensão concreta e o significado simbólico desses “Tempos” que se combinam: “O Museu é a

resposta da resistência e luta de pessoas que vivem com muita dignidade! Parabéns a todos que morreram e vivem por essa luta diária”. Esse é o registro de Bianca, moradora do bairro de Engenho Novo, após visitar o Museu no dia 05 de junho de 2006.

Mais adiante chegamos a um outro “tempo”: “Tempo das festas”. Folias, blocos, carnavais. “Mataram meu gato” era o nome do bloco. Lá está o estandarte, o bumbo, a cuíca, o pandeiro, símbolos da festa maior dos rituais populares, o carnaval. Mas também há referências às Folias de Reis que existiam em profusão na região. O “Tempo das Festas” parece estar apenas indicado, citado. Em certa medida isto é estimulante, podemos exercitar a imaginação museal e visualizar o que o museu conterà um dia nesta área, podemos imaginar o que poderá ser feito com um pouco mais de pesquisas sobre as festas da Maré. Fica a promessa, vale a referência.

Ao fundo a sala é margeada por instalações de tijolos, massas de cimento batido, telhas, basculantes, emoldurando fotografias de interiores das casas: é o “Tempo do Cotidiano”. Mulheres com filhos ao colo e cozinhando. Crianças sentadas nas camas. Temos a ilusão de poder observar na intimidade o interior das novas casas, aquelas que substituíram as antigas palafitas, casas de tijolo, cimento e laje. Casas sólidas e em permanente construção, um puxadinho aqui, um puxadinho ali, como se a cidade da Maré não ficasse pronta nunca, convivendo com a fugacidade dos dias, das noites, dos moradores, das paisagens. “O museu também não está totalmente pronto”, adverte Claudia Rose Ribeiro da Silva, uma das diretoras do Museu. É um museu em construção, como o complexo das comunidades da Maré, como as favelas, como a vida! Caminhamos com a sensação que estamos num canteiro de obras. Ainda há muito para ser feito, neste museu processo, o “Tempo da Migração” e o “Tempo da Feira”, por exemplo, ainda não foram desenvolvidos.

Mais adiante está o “Tempo da Fé” ou da religiosidade. Não há nenhuma religião privilegiada, há uma clara indicação dos hibridismos, das miscigenações culturais. Numa mesma vitrine vemos objetos ligados aos cultos afro-brasileiros, ao espiritismo, ao catolicismo popular e aos evangélicos protestantes. A escultura de Nossa Senhora dos Navegantes que esteve exposta durante algum tempo voltou para a igreja; a imagem de São Jorge, cedida pela paróquia, está em exposição, mas poderá a qualquer momento sair do nicho da cultura e voltar para o seu lugar de culto. A fé e a religiosidade estão em movimento.

Continuamos o nosso percurso... agora estamos diante de brinquedos e jogos espalhados pelo chão em caixas de areia, cobertas por placas de vidro muito resistente.

É possível caminhar sobre essas placas de vidro, o que produz um sentido lúdico para esse setor da exposição. Ali estão bolas de gude, patinetes, carrinhos de rolimã, piões, pipas, atiradeiras, bambolês, patas de cavalo, petecas, telefones sem fio... Brincadeiras de outros tempos, brincadeiras de crianças que faziam seus próprios brinquedos e reciclavam sobejos com as alegrias infantis. O primeiro registro escrito no Livro de “sugestões, impressões, idéias e opiniões”, resultado de uma visita realizada no dia 22 de maio de 2006, refere-se exatamente a esse “Tempo”: “Bom dia! Meu nome é Rosi morei mais de 20 anos aqui na Maré. Gostaria de sugerir que colocassem Perna de Pau essa brincadeira fez parte da minha infância e de muita gente. Um grande beijo a todos que tiveram essa idéia brilhante de me fazer voltar no tempo. Parabéns! Rosilane.”

Na seqüência, espalham-se tábuas de madeira pelo solo onde somos forçados a pisar e tropeçar. Tudo é muito instável, como eram instáveis as pontes de tábuas que ligavam as casas de palafitas, como ainda hoje é instável a realidade dos moradores da Maré. A instabilidade do solo de tábuas é absolutamente proposital e por elas somos conduzidos a um espaço escuro, fechado, com as paredes pintadas de preto. Pequenas prateleiras com cápsulas de balas de vários calibres recolhidas nas ruas da Maré nos indicam que ali não há espaço para a descontração. O texto sinaliza a gravidade do que se tenta exprimir: “Quais são os nossos medos? / No tempo do medo havia tábua podre,/ Criança caindo na água/ Ventania, tempestade, ratos, remoções.../No tempo do medo, existe a bala perdida,/ Violência, morte bruta.../O medo que nos assombra pode nos paralisar/ Tanto quanto nos motivar a lutar/ Pela transformação da realidade.”

O módulo do “Tempo do Medo” é uma parada estratégica. Ela nos provoca, nos instiga, nos incomoda. São centenas de cápsulas de balas amontoadas ao centro do espaço e recobertas por uma cúpula de vidro na intenção evidente de erigir um monumento. Um monumento ao medo? Um monumento aos homens e mulheres assassinados na guerra cotidiana da cidade do Rio de Janeiro? Ou um monumento à motivação para lutar pela transformação da realidade e para admoestar o estado ausente que se faz presente pela violência? O que aconteceu com a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro que o complexo das comunidades da Maré tão bem exemplifica? De onde saem tantas balas, tanta violência, tanta vontade de aterrorizar? Que descaminhos deixaram crescer esta hidra de muitas cabeças, este ovo de serpente, esta semente de barbárie que se banalizou?

Na potência de uma estratégia museológica reflexiva, emocionante e comovente, seguimos adiante para o módulo final: o “Tempo do Futuro”. Como será este tempo?

Que invenções? Que novidades nos aguardam? O que queremos construir como um novo tempo? Uma enorme maquete elaborada por crianças das escolas das comunidades apresenta um projeto para a Maré, projeto que inclui praças, árvores, lugares aprazíveis, casas com espaço entre elas, vias de circulação arejadas, campos de futebol, vilas olímpicas, pequenas igrejas, sonhos infantis de uma cidade possível que ainda anseia por existir, porque não? A maquete também não é definitiva. Está em processo de construção, será refeita e mais uma vez refeita. No dia 25 de maio de 2005, Vanessa (13 anos) e Lorryne (11 anos) visitam juntas o Museu e sugerem novos itens: “Na maquete falta a Vila do Pinheiro e o Brizolão da Baixa e da Vila do Pinheiro Gustavo Capanema”. As amigas não querem ficar fora desse sonho, reivindicam a inclusão de suas comunidades e de suas escolas no “Tempo do Futuro”.

O Museu da Maré trabalhando com memórias, tempos, identidades, pertencimentos e representações simbólicas ressignifica o mapa cultural da cidade e deixa patente para outras comunidades populares que é possível exercer o direito à memória, ao patrimônio e ao museu. O exercício desses direitos aqui e agora é peça chave para a construção de futuros com dignidade social.